

# A crise capitalista contemporânea e as relações entre Estado, mercado e sociedade: subsídios para avaliação das políticas sociais\*

Ademir Alves da Silva\*\*

---

## Resumo

O presente texto apresenta o projeto do NEPPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Sociais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP e, de forma condensada, o resultado parcial preliminar da pesquisa – em andamento – sobre tendências quanto aos modos de conceber e de enfrentar a crise capitalista contemporânea e seus impactos para as políticas sociais.

**Palavras-chave:** crise; questão social; política social.

## Abstract

This paper introduces the project developed at the NEPPS (Study and Research Group on Social Policies) of the Post-Graduate Studies in Social Work Program at PUC-SP. It also briefly presents the preliminary results of the ongoing research about trends regarding conceptions and strategies envisaged to face the contemporary capitalist crisis as well as its impacts on the social policies.

**Keywords:** crisis; social issue; social policy.

---

\* O presente texto apresenta, de forma condensada, o material estudado no 1º semestre de 2011, com a participação dos alunos Antonia Conceição dos Santos, Dirce Maria Martinello, Larri Padilha Viega, Luciana Rosa Campos, Maria Conceição Borges e Simone Fantucci. Trata-se de um relatório de pesquisa. O recurso às citações, longas às vezes, mostrou-se imprescindível para registrar as teses principais dos autores, cujas obras foram analisadas.

\*\* Assistente Social, professor de Política Social nos Cursos de Serviço Social e de Relações Internacionais e coordenador do NEPPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Sociais na Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP, sendo representante docente da Faculdade de Ciências Sociais junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. É membro do Conselho Editorial da Área de Serviço Social da Editora Cortez, pela qual publicou o livro *A Gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado* (2010). E-mail: [adecris@uol.com.br](mailto:adecris@uol.com.br)

## 1. Apresentação

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Sociais – NEPPS, sob coordenação do autor do presente texto, no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP, dedica-se ao estudo, análise e compreensão das políticas sociais, concebidas como estratégias de mediação das relações entre Estado, sociedade civil e mercado, na arena de lutas por acesso à riqueza. Seu objeto são os processos de produção, acesso, apropriação e fruição da riqueza social. Considerando-se que, na agenda da política social, os níveis local, regional, nacional e supranacional da questão social se entrecruzam e se determinam mutuamente, o NEPPS trata de perquirir os fatores de configuração da crise capitalista contemporânea e das alternativas frente à mesma, admitindo-se o liame entre política e economia capitalista e a frequente sujeição da primeira à última. Deriva daí o interesse em identificar os projetos societários em confronto e as diferentes concepções acerca da crise das quais dependem as decisões relativas às políticas sociais. O propósito é contribuir para o combate às desigualdades de renda, de gênero, étnico-racial e sócio-territorial, sob valores democráticos e princípios universalistas de justiça social.

## 2. Crise capitalista e questão social

A arena de conflitos aqui representada por bipolaridades como política/economia, lógica econômica/realidade social, políticas agregativas/políticas distributivas, política social/política econômica – ou, em última análise, capitalismo/justiça social – constitui um fecundo veio de análise e de busca de compreensão da crise capitalista contemporânea e das alternativas para o seu enfrentamento.

O *trade-off* que opõe o bem público e coletivo aos interesses do “mercado” exaspera-se no período recente com o agravamento da crise capitalista que, extrapolando a esfera econômico-financeira e social, expõe outras crises como a ambiental, a climática, a energética e a alimentar.

Diante da intensificação das tensões e conflitos em torno do acesso à riqueza social, a sociedade contemporânea vem partejando, aqui e ali,

formas de rebelião e atos de insurgência,<sup>1</sup> buscando forjar alternativas à (des)ordem estabelecida, sob o anseio de uma vida melhor para amplas parcelas da humanidade alijadas do acesso aos bens materiais e culturais e do processo decisório quanto às questões que afetam, direta ou indiretamente, o seu cotidiano.

Ora, o estudo das políticas sociais — notadamente das áreas de educação, saúde, habitação, previdência e assistência social — ou dos sistemas de garantias sociais, como parte do elenco mais abrangente dos direitos humanos, implica perquirir os principais fatores de configuração da crise e das alternativas frente à mesma, admitindo-se o liame entre política e economia e a frequente sujeição da primeira ao mercado. Não se trata, portanto, de pesquisar políticas sociais em si mesmas, mas de situá-las no contexto da crise contemporânea, para melhor apreender os múltiplos determinantes das decisões que se adota ou se posterga em face dos direitos sociais, no âmbito do interesse público.

Esta crise mundial é mais devastadora do que a Grande Depressão dos anos 30 (...) Esta é de longe a crise econômica mais grave da história moderna. (Chassudovsky, 2010)

A crise é global e emana do centro do sistema capitalista mundial, sobretudo da sua potência central - os Estados Unidos. (Carvalho, 2009)

Há divergências quanto a natureza da crise. Para alguns, trata-se de uma crise financeira. Segundo Tavares (2009, p. 67)

A questão central é que o crédito está congelado: entupiu o sistema circulatório do capitalismo. Sem crédito uma economia capitalista não funciona. Agora é torcer para que o entupimento não se transforme em trombose.

Para Oliveira (2009, p. 83ss)

[...] estamos diante de uma crise da globalização do capital... Uma crise de realização do valor. O sintoma financeiro é sua manifestação mais evidente, mas não a sua essência. (...) A essência é a impossibilidade de realizar o valor gerado por ela (barateamento da mão de obra mundial, particularmente no caso da China) (...) Estamos diante de uma crise clássica de realização do valor, amplificada; uma crise da globalização capitalista. O colapso das hipotecas nos Estados Unidos é a manifestação disso.

---

1 O projeto do NEPSS prevê a realização de um estudo inventariante dos principais movimentos sociais latino-americanos e suas manifestações nas últimas duas décadas.

Na realidade, várias “crises” se entrelaçam no interior daquela que está sendo considerada a mais grave crise da história moderna. Brie (2010) discorre sobre cinco crises: de sobreacumulação, de reprodução ecológica, de integração social, de legitimação do sistema político ou da democracia representativa e crise de segurança, com a crescente violência derivada das tensões intra e inter Estados nacionais, a nova espiral armamentista, a criminalização e a prisão dos trabalhadores e a “guerra contra o terror”, no caso dos EUA.

Inerentes à lógica capitalista, as crises se sucedem, assumindo particulares contornos, conforme a conjuntura histórica, variando em magnitude, abrangência e impacto nas várias dimensões da vida social. Ao crack de 1929, o governo americano respondeu com o New Deal. Após 1945, erigiu-se o Estado de Bem Estar Social, sob forte influência do paradigma keynesiano na formulação de políticas públicas anticíclicas, de modo a soerguer as economias capitalistas combalidas do pós-guerra. A partir dos anos 1980, prevaleceu o receituário neoliberal para o ajuste estrutural e a revitalização da economia capitalista em escala global. Os anos 1990/2000 assistiram a sucessivas crises financeiras: – a mexicana (1995), a asiática (1997), a russa (1998), a brasileira (1999), a argentina (2001) e a crise americana do subprime (2008).

Segundo Sampaio Jr. (2010), os impactos da estratégia neoliberal foram a desarticulação dos centros internos de decisões com a liberalização econômica; o não cumprimento das promessas de que as ondas de inovação tecnológica e os movimentos de internacionalização do capital permitiriam aceleração do crescimento e socialização dos novos métodos de produção; a desigual difusão do progresso técnico que acentuou assimetrias na divisão internacional do trabalho e exacerbou características predatórias do capital, ampliando o hiato que separa o desenvolvimento do subdesenvolvimento e revitalizando formas, que se imaginavam ultrapassadas, de super-exploração do trabalho e de depredação do meio ambiente; a modernização dos padrões de consumo e dos estilos de vida que ficou restrita a exígua parcela de privilegiados; as sociedades periféricas que, submetidas à concorrência global e ao despotismo das potências imperialistas, tornaram-se presas de um processo de reversão neocolonial.

Os resultados do neoliberalismo são conhecidos: aumento do desemprego; economia informal e trabalho precário; desigualdade na distribuição de renda e de riqueza; crescimento do número de milionários

e de pobres; economias em crise (tensões sociais, instabilidade política, destruição do meio ambiente); “funestas expectativas” de futuro (cf. Altvater, 2010, p. 102). Tratou-se, portanto, de uma “era de ouro para os donos de ativos financeiros, mas terrível para o trabalho” (Altvater, 2010, p. 102).

Massas de pessoas foram afetadas pela recente crise financeira. Para mencionar somente algumas de suas consequências destrutivas: apenas em razão da “crise do subprime”, cinco milhões de pessoas perderam suas casas nos Estados Unidos – aumentando o exército de sem-teto; dezenas de milhões de pessoas sofreram com a crise asiática, sendo muitas empurradas para a extrema pobreza ou mesmo para a mais abjeta miséria: a crise da dívida do Terceiro Mundo nos anos 1980 não pode ser esquecida, já que foi responsável por uma década perdida de desenvolvimento na América Latina e em outros lugares. (Altvater, 2010, p. 108)

Agora, de modo similar ao que ocorreu a partir do final dos anos 1970, acusam-se – novamente – os gastos sociais dos Estados sociais europeus, e não a especulação financeira, como responsáveis pela crise. E o Consenso de Bruxelas segue a mesma direção do Consenso de Washington:

[...] o receituário para a crise, que já está sendo aplicado, além de à força na Grécia, “voluntariamente” na Espanha, na Itália e em Portugal, vai na direção dos cortes orçamentários, congelamentos e reduções de salários, aposentadorias e pensões, e da adoção de políticas claramente recessivas, “para reconquistar a confiança nos mercados”.

E

[...] foram os trabalhadores gregos, convocados a pagar a conta dos estragos e rombos produzidos por anos de desregramento nas finanças, sonegação e desconstrução da capacidade de fiscalização por parte do Estado. Tudo isso ficou na conta de que “o sistema de seguridade social grego era custoso demais”. (Aguiar, 2010).

No contexto da crise, as desigualdades sociais tendem a aprofundar-se expondo, de modo mais acentuado, os interesses que se articulam no interior do projeto de revitalização e perpetuação dos mecanismos de dominação social, política e econômica. Os custos da crise são socializados, agravando e evidenciando os contornos da questão social em nível local, regional, nacional e internacional.

Os dados que se seguem indicam a dimensão da questão social no capitalismo contemporâneo.

Conforme inventário organizado por Boron (2010), a população mundial é de 6.800 bilhões de pessoas, das quais 1,020 bilhão são desnutridas crônicas (FAO, 2009); 2 bilhões não possuem acesso a medicamentos ([www.fic.nih.gov](http://www.fic.nih.gov)); 884 milhões não têm acesso à água potável (OMS/Unicef, 2008); 924 milhões estão sem teto ou em moradias precárias (UN Habitat, 2003); 1,6 bilhão não têm eletricidade (UM - Habitat, Urban Energy); 2,5 bilhões não têm sistemas de drenagens ou saneamento (OMS/Unicef, 2008); 774 milhões de adultos são analfabetos ([www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org)); 18 milhões morrem por ano devido à pobreza, a maioria de crianças menores de 5 anos (OMS); 218 milhões de crianças, entre 5 e 17 anos, trabalham precariamente em condições de escravidão e em tarefas perigosas ou humilhantes, como soldados, prostitutas, serventes, na agricultura, na construção ou indústria têxtil (OIT: a eliminação do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance, 2006).

Entre 1988 e 2002, os 25% mais pobres da população mundial reduziram sua participação na renda global de 1,16% para 0,92%, enquanto os opulentos 10% mais ricos acrescentaram mais às suas fortunas, passando de dispor de 64,7% para 71,1% da riqueza mundial. O enriquecimento de uns poucos tem como seu reverso o empobrecimento de muitos. (Boron, 2010)

Se esse “integrismo” egocêntrico revelou-se autodestrutivo para as sociedades mais ricas, ele tende a ser catastrófico para o conjunto da humanidade. Segundo dados assinalados pelo diretor executivo do PNUD, James G. Speth, no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994, nos últimos 30 anos a concentração de riqueza dentro dos países e entre eles duplicou. Em 1962, a quinta parte mais rica da população mundial gozava de rendas trinta vezes superiores àquela de que dispunha a quinta parte mais pobre. Em 1994 a disparidade da relação passara a ser de 60 a 1. E, em 1996, os 358 indivíduos bilionários existentes no mundo dispunham de uma renda combinada maior do que o Produto Interno Bruto somado de um conjunto de países que abriga 45% da população mundial. (Alves, 2001, pp. 198-199) (grifos meus)

Segundo o Instituto Mundial de Pesquisa sobre a Economia do Desenvolvimento, ligado à ONU, mais da metade da riqueza mundial está nas mãos de apenas 2% da população. 50% dos mais pobres têm apenas 1% de tudo o que é produzido e consumido no mundo. A riqueza está

fortemente concentrada na América do Norte, na Europa e nos países de alta renda da Ásia e do Pacífico. Os moradores desses países detêm juntos quase 90% da riqueza do planeta. Sobram apenas 10% para o resto do mundo, inclusive dois continentes inteiros, a África e a América do Sul.<sup>2</sup>

Dados mais recentes indicam que os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda enquanto os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6% (Dowbor, 2009, p. 6).

Ora, a crise atual abre os flancos de um tipo de organização social que recusa à maioria de sua gente o acesso a um padrão civilizatório democrático, igualitário e justo. Ao contrário daqueles que se apressaram em proclamar o “fim da história”, embalados pela “vitória do ocidente” – leia-se capitalismo – em face dos episódios que marcaram os anos 1980 e a passagem para os 1990, a história, em seu movimento incessante, teima em desnudar a ilusão neoliberal alimentada pela sedutora semântica da inexorável globalização.

Um projeto vencedor que representou mais liberdade para o capital e para a circulação de mercadorias. Porém, no que concerne aos seres humanos, assiste-se ao recrudescimento da intolerância, da apartação, da tendência à hostilização e repressão aos imigrantes, da criminalização das demandas sociais, da migração do Estado social para o Estado penal (Wacquant, 2001). E o desemprego, a inempregabilidade, a condição de imigrante – os ilegais, os sem-papéis, os deslocados por motivos sociais, políticos ou ambientais na Europa e nos EUA – , a execução da hipoteca, o despejo e a insegurança são concebidos como responsabilidade dos próprios indivíduos.<sup>3</sup>

### **3. Projetos societários em confronto e tendências quanto aos modos de enfrentar a crise**

A pesquisa na área da política social – sob a perspectiva do presente trabalho – ocupa-se, necessariamente, das variadas expressões da questão social na sociedade capitalista contemporânea, voltando-se para os mecanismos de acesso, apropriação e fruição da riqueza social, sob valores democráticos e critérios universalistas de justiça social, tendo o bem estar social como fim e as políticas econômicas como meio para alcançá-lo.

2 Os dados são do ano 2000 e foram transcritos de: Cony, C.H. A dura realidade. *Folha de São Paulo*, 11/12/06, p. 2.

3 Ver, a propósito, a noção de dominação pela contingência em Demirovic (2010, pp. 63-67).

Investigar as políticas sociais significa buscar formas de combate à desigualdade de renda, de gênero, étnico-racial e sócio-territorial. Pensar as políticas sociais significa pôr em questão as formas de produção e apropriação de riquezas na sociedade contemporânea. Daí deriva o interesse quanto às formas de conceber a crise e de combatê-la, das quais dependem as decisões quanto às políticas sociais.

A polêmica em torno das alternativas para enfrentar a crise repõe na agenda internacional recorrentes questões como a da relação entre Estado e Mercado, confrontando posições e receituários anti-crise, aqui sumariados em um gradiente que abarca as posições mais ortodoxas, conservadoras, neoliberais, keynesianas, neo-desenvolvimentistas e as que apontam uma perspectiva emancipatória sob valores socialistas. Não se trata de hierarquização ou classificação, mas de um esforço em identificar tendências, buscando suas similaridades, contradições e diferenças.

Identifica-se, em primeiro lugar, a aberta defesa das “soluções de mercado” – a despeito de sua perda de legitimidade em plena crise – sem qualquer constrangimento ante a perversa lógica da socialização dos custos e perdas na crise após a apropriação privada de lucros e ganhos da especulação financeira.

Segundo, há os que preconizam a revitalização do capitalismo sob novos mecanismos de regulação, que se compatibilizem com o dinamismo do mercado. Para Henry Paulson, ex-secretário do Tesouro dos EUA “os modelos de negócios, produtos financeiros e mercados continuarão a evoluir. Essa é a natureza de um mercado dinâmico. Precisamos ter uma estrutura regulatória que regulamente esse dinamismo e se ajuste a ele” (Paulson, 2009).

Em terceiro lugar, a conhecida estratégia de ajuste neoliberal – que segue impregnando as pautas de governos aqui e ali – à luz do Consenso de Washington com as variações do Consenso de Bruxelas, de modo a restaurar a confiança dos investidores.

Quarto, a retomada de medidas de inspiração keynesiana e os riscos inerentes de agravamento do déficit fiscal e de inflação que, justamente, constituíram-se em pretexto para as reformas neoliberais.

A crítica à ganância e ao cassino financeiro comparece em quinto lugar. Nesse caso, há aqueles que preconizam maior regulação e ação mais rígida por parte dos Estados. De fato, “a especulação gera a volatilidade do mercado... a instabilidade que daí resulta encoraja uma maior atividade especulativa” (Chassudovsky, 2010). E o poder discricionário do fascismo

financeiro internacional é capaz de abalar a estabilidade política ou econômica de um país com base em avaliações, por meio de empresas de rating, de sua situação financeira e riscos e oportunidades que oferecem aos investidores internacionais (Santos, 2010).

Sexto, a defesa da gestão do crédito como bem público, regulada pelo Estado ou estatizada, admitindo-se que o maior risco está na própria infraestrutura do mercado, constituída pela riqueza monetária e financeira. E a expectativa de surgimento de um novo capitalismo que não é possível determinar e que dependerá da formação do imaginário popular, do papel do povo, do inconformismo popular, da luta social e política e da radicalização democrática (Belluzzo, 2010).

Em outro texto (Belluzzo, 2009, p. 114), o autor esclarece que

[...] a palavra “especulação” utilizada aqui exprime tão somente o modo de ser, a natureza da economia de mercado, também conhecida como capitalismo. Nela as “especulações” a respeito da evolução das condições do crédito e dos valores monetários dos ativos são constitutivas das decisões dos possuidores de riqueza. Quem produz e exporta salsichas não o faz para suprir as necessidades dos consumidores, senão para acumular riqueza monetária.

Singer (2009, p. 81) entende que

[...] o Estado deveria se apossar dos bancos falidos e só então reabilitá-los com recursos do tesouro. Se os governos não fizerem isso, é provável que o dinheiro público injetado nos bancos seja entesourado, porque é o que todos os agentes privados fazem enquanto o pânico perdura. Para superar a crise financeira e impedir que ela lance a economia real em recessão, é essencial que o crédito seja restaurado, o que possivelmente exigirá uma intervenção efetiva do Poder Público nos bancos. Superada a crise, uma reformulação em profundidade das finanças deveria ser pautada. Há bons argumentos a favor da estatização perene de todos os bancos que emitem os meios de pagamento do país, não só para preservar o meio circulante da especulação, mas, sobretudo, para garantir os valores dos depositantes e fazer que sejam aplicados onde são mais necessários, do ponto de vista do interesse geral da sociedade. O que pode implicar uma governança participativa do novo sistema financeiro, com forte presença dos assalariados, trabalhadores da economia solidária, além dos setores empresariais de praxe” (grifos meus)

Merece registro, em sétimo lugar, a perspectiva de “resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua falsária ideologia neoliberal”,

mediante uma nova e democrática arquitetura financeira internacional, keynesianismo mais rigoroso voltado a programas sociais, nacionalizações e socializações (Harvey, 2009).

A oitava posição (Brie, 2010, pp. 37ss) consiste em explorar os cenários alternativos – assumindo a defesa das estratégias contidas no último – na crise do neoliberalismo, quais sejam: a) dominação totalitária de um capitalismo sem freios com a continuidade do neoliberalismo; b) organização neoconservadora do capitalismo de mercado financeiro; c) organização social-democrata do capitalismo de mercado financeiro; d) a transição, preconizada pelo autor, para um modo de desenvolvimento baseado em solidariedade, tendo como fundamento a economia solidária e um regime de propriedade baseado em quatro setores: um forte setor educacional, cultural e científico com financiamento público; o setor dos bens comuns como saúde, infraestrutura pública em transportes, comunicações e outros, assegurando direitos fundamentais, sociais e ecológicos de todos; o setor social de produção de bens materiais e imateriais. Segundo o autor, trata-se,

[...] ao contrário dos imperativos da valorização do capital ... de uma economia baseada na solidariedade, no sentido de uma seguridade fundamental orientada por necessidades (...) uma forma de propriedade associativa de diferentes atores com diferentes interesses (...). Esse setor empresarial pós-capitalista se baseia na cooperação de uma pluralidade de donos dos mesmos ativos; um quarto setor é a produção de bens individuais na esfera íntima do companheirismo, da vivência com idosos e crianças, da amizade e do amor, assim como do livre desenvolvimento pessoal. (...) Será crucial livrar (o) tempo livre de sua submissão às forças do marketing pessoal e do caráter de consumo passivo que ele assume hoje”. (Brie, 2010, p. 42)

Em nono lugar, como que a sintetizar uma estratégia de resistência aos receituários conservadores e neoliberais, o entendimento segundo o qual uma alternativa pós-neoliberal tem de partir do antineoliberalismo, o que significa: oposição à desregulamentação; oposição à financeirização; oposição à precarização das relações de trabalho; e oposição ao livre comércio (Sader, 2010, p. 238).

Décimo, a ênfase na natureza sistêmica da crise capitalista em vista do caráter cíclico do processo de acumulação, da centralidade da taxa de lucro, da concentração e financeirização do capital como respostas à estagnação tendencial e do desemprego como reflexo e variável estratégica na exploração do trabalho. E o entendimento segundo o qual o capitalismo

não é reformável, nem regulável e de que não existem soluções capitalistas para a crise do capitalismo. Nesse caso, se aposta na emancipação da humanidade pela ação revolucionária dos sujeitos sociais, rompendo com o sistema capitalista e construindo o socialismo (Carvalho, 2009).

E, por fim, o entendimento segundo o qual não se combate a pobreza porque o sistema capitalista obedece a uma lógica centrada na obtenção do lucro, o que concentra riqueza e aumenta incessantemente a pobreza e a desigualdade socioeconômica. Trata-se, portanto, de mudar o sistema. Nesse caso, destaca-se a atualidade e vigência da frase de Friedrich Engels e de Rosa Luxemburgo: *Socialismo ou barbárie!* (Boron, 2010).

Como é possível depreender do amplo espectro de posições aqui apenas esboçadas, ao pensar a crise somos impelidos, inelutavelmente, a pôr em questão os fundamentos da ordem capitalista, indagando pelos mecanismos de geração e apropriação de riqueza. As alternativas germinam e vicejam – às vezes incisivas, outras vezes relutantes – inconformadas, seja do ponto de vista daqueles que tiveram seus ganhos reduzidos ou daqueles que, invariavelmente, sofrem as maiores expropriações e perdas.

Trata-se, pois, de explorar aquelas alternativas – esboçadas neste texto – que se articulam no campo de reflexões e de enfrentamento à voracidade e ao caráter predatório da economia capitalista, denunciando e combatendo o perverso processo de privatização dos ganhos e de socialização dos prejuízos. E, conseqüentemente, contribuir para forjar projetos – ainda que circunscritos a determinados aspectos da vida social, mas impulsionados por uma utopia emancipatória – que sejam capazes de ganhar consistência e legitimidade e que, equivale dizer, conquistem hegemonia no movimento em direção a uma sociedade democrática, igualitária e justa. Não se trata de abordar a crise *in abstractu*, mas de valer-se de seu caráter fecundo, ao expor a iniquidade da ordem vigente e incitar à construção de alternativas factíveis para a transformação da condição humana, sob valores universalistas de justiça social.

#### **4. Neoliberalismo: continuidade e descontinuidade**

Os impactos sociais e econômicos da estratégia neoliberal são amplamente conhecidos, conforme descrito no item dois. O ideário e o conjunto de medidas neoliberais, sob a influência do Banco Mundial e do

FMI, tiveram a força (e a pretensão) de constituir o chamado “pensamento único”, o qual foi preciso – e segue sendo necessário – combater. E qual é, agora, a perspectiva? Alguns analistas vêm utilizando a expressão pós-neoliberalismo, seja por entenderem esgotada a fase neoliberal ou por preconizarem, sob outros paradigmas, alternativas em face da crise, como vimos no item três do presente relatório.

Segundo Demirovic (2010, p. 76)

[...] a pobreza em todo o mundo, que está aumentando com a crise, não está sendo combatida com grandes esforços. O que é necessário é a regulação dos mercados financeiros (introdução de impostos para aplicações em bolsa, impostos sobre ganhos de capital, taxaço progressiva de grandes bens, regulação da moeda), estendendo o campo da educação e estimulando a demanda em logo prazo com um programa de investimento público para lidar com a crise e aplicar capital. Mas, ao contrário, os incentivos estão sendo voltados, mesmo na crise, para modelos caducos de consumo individual, que, no máximo, têm um efeito no curto prazo e praticamente não retiram dinheiro dos mercados financeiros. Esses são indicadores provisórios de que a fase de transformação estrutural neoliberal da formação social capitalista ainda não terminou. (grifos meus)

A propósito, Ceceña (2010, pp. 47ss) entende que o espectro de possibilidades permite cogitar cenários alternativos: 1) O pós-neoliberalismo do capital com reforço do capitalismo, mesmo que seja um capitalismo com menos legitimidade. Trata-se de um “capitalismo sem direito, sem normas coletivas, com um Estado abertamente faccioso, um capitalismo mercenário” (p. 55); 2) O pós-neoliberalismo nacional alternativo pela construção de vias de saída do capitalismo a partir das próprias instituições capitalistas; 3) O pós-neoliberalismo dos povos, ou seja, de modos coletivos de conceber e levar à prática organizações não capitalistas.

O que vem depois do neoliberalismo é um leque aberto com múltiplas possibilidades. Não estreitemos o horizonte cercandoo com termos que reduzem sua complexidade e diminuem suas capacidades criativas e emancipatórias. O mundo está cheio de muitos mundos com infinitas rotas de bifurcação. Cabe aos povos em luta determinar seus caminhos. (Ceceña, 2010) (grifos meus)

A despeito de sua magnitude e gravidade a presente crise

[...] ainda está muito distante daquela (de 1929) em termos de efeitos econômicos e sociais (...) Ou, talvez, as ideias novas não surjam porque a crise ainda não despertou conflitos políticos

graves. Até agora as reações das vítimas são tímidas e localizadas. A força do paradigma neoliberal continua ajudando a manter a ordem, enquanto as elites políticas centrais e a grande finança mundial definem políticas para conter os problemas e preservar seus interesses. (Carvalho, 2009, pp. 175-176) (grifos meus).

Ganha relevo, destarte, o desafio de compreender as ações do capital em sua espantosa capacidade de promover coesão e unidade em torno de seus propósitos. E, de outro lado, refinar a capacidade de empreender lúcidas análises dos movimentos sociais, mais sutis ou mais ousados em seus componentes de sujeição e resignação ou de insurgência e rebelião, que sejam capazes de construir alternativas consistentes ao neoliberalismo.

## **5. América Latina: socialismo do século XXI?**

Ante a pergunta sobre qual é o projeto que se postula para a América Latina, em meu trabalho (Silva, 2012) anterior afirmei : Aquele que insere o combate à desigualdade social no centro das agendas nacional e regional, enfrentando os modelos econômicos submissos à ditadura do mercado, buscando reverter a forte tendência a empurrar crescentes segmentos da população para fora da arena cidadã. Trata-se de resgatar o papel social do Estado, instrumento privilegiado na realização de tal projeto, pelo qual se preconiza a superação das debilidades da democracia latino-americana, pródiga de avanços no plano político, mas sem sustentação no âmbito das condições sociais e econômicas.

E agora, quais são as perspectivas?

Segundo Sampaio Jr. (2010), o novo contexto exacerba a histórica incompatibilidade entre capitalismo, democracia e soberania nacional na América Latina. A necessidade de enfrentar problemas gerados pela crise funde-se com a necessidade de enfrentar problemas históricos herdados do passado como a segregação social e a dependência externa. A afirmação da soberania leva ao confronto com o imperialismo, gerando a necessidade de liquidar o capitalismo e dar início à transição socialista. Segundo o autor, é fundamental garantir a irreversibilidade do processo revolucionário, acelerando transformações nas relações de produção que assegurem controle dos trabalhadores sobre a economia, aprofundando mudanças culturais para que a incorporação de progresso técnico seja

subordinada às possibilidades materiais da região e às reais necessidades da população e fomentando o desenvolvimento das forças produtivas a fim de conquistar, o mais rápido possível, a segurança alimentar e a auto-suficiência material da sociedade. Aponta ainda a defesa contra a agressão militar imperialista e o incentivo e a promoção, por todos os meios, do papel protagonista das massas populares de uma maneira geral e do proletariado em particular. Segundo o autor, trata-se de conceber a revolução socialista como processo ininterrupto de transformação que aponta para a construção da sociedade comunista.

Para Katz (2010, pp. 57ss), o principal drama da América Latina não é a pobreza, mas a escandalosa desigualdade social. A crise incita, segundo o autor, à retomada dos programas anticapitalistas que, na América Latina, têm cinco motivações, aqui sumariadas. 1ª) Região é principal foco de resistência internacional ao imperialismo: queda de presidentes neoliberais (Bolívia, Equador e Argentina). Reveses ou repressão (Peru, Colômbia). Refluxo ou decepção (Brasil, Uruguai). Base juvenil renovada (Chile). Modalidades de auto-organização muito combativas (Comuna de Oaxaca, no México); 2ª) Venezuela: proximidade do processo bolivariano com a esquerda. Ressurgimento do socialismo na Bolívia e em Cuba; 3ª) Bandeira retomada pela oposição de esquerda aos presidentes social-liberais que se uniram aos capitalistas. Bachelet (recicla modelo neoliberal), Lula (esqueceu flerte juvenil com o socialismo, passando a privilegiar os banqueiros) e Tabaré Vázquez (considera acordos de livre comércio com os EUA); 4ª) Guinada novo-desenvolvimentista em detrimento da ortodoxia neoliberal, após traumático período de concorrência extra-regional, desnacionalização do aparato produtivo e perda da competitividade internacional. Mas a guinada preserva a restrição monetária, o ajuste fiscal, a prioridade exportadora e a concentração de renda; 5ª) Tendência generalizada à concepção de programas nacionais em termos regionais. ALCA (propósitos estratégicos de relançamento do neoliberalismo), Mercosul (regulação do capitalismo regional) e ALBA (gestação de formas de cooperação solidária compatíveis com o socialismo).

Quem se beneficia do crescimento em curso? Segundo Katz (2010, pp. 61-62) os neoliberais preservam os privilégios dos bancos, os neodesenvolvimentistas canalizam melhorias a favor dos industriais, enquanto os socialistas pugnam pela redistribuição radical da riqueza, erradicando a primazia da rentabilidade.

Fontes (2010, p. 19) critica o novo desenvolvimentismo, destacando a falácia da suposição de desdobramento linear entre expansão da produção capitalista e bem estar social. Ou seja, a suposição de que o desenvolvimento econômico (como sinônimo de industrialização, mercantilização generalizada, liberalismo puro ou nuançado de social-liberalismo, concentração desenfreada), desemboca em desejáveis padrões de civilidade e civilização e não na “barbárie na qual estão mergulhados os países centrais”.

Para Sampaio Jr. (2010, pp. 38 e 40), a América Latina vem se constituindo em um “verdadeiro laboratório da luta de classes”. Mas, segundo o autor, o estado de rebelião permanente não se traduziu em transformações efetivas que mudassem qualitativamente o curso dos acontecimentos, em face da surpreendente capacidade do imperialismo em contornar os obstáculos, neutralizar iniciativas que pudessem subverter a ordem e impor o padrão de acumulação neoliberal-periférico às sociedades latino-americanas.

Será necessário, portanto, reunir forças e estabelecer alianças em favor de projetos nacionais que, sem prejuízo de particulares condições históricas, se articulem, em nível regional, na defesa dos direitos sociais, étnicos e ambientais, e no processo de democratização social, política, cultural e econômica. Afinal, a América Latina já sofreu o ônus do não cumprimento das promessas desenvolvimentistas e dos impactos deletérios do neoliberalismo, tendo agora que desvencilhar-se das armadilhas de um neodesenvolvimentismo que promete a “inclusão social” pelo suposto combate à desigualdade por meio de estratégias de redução da pobreza, não obstante a relevância dessas últimas. O desafio segue sendo o da construção da unidade em torno do anseio por independência – frente às tendências de reversão neocolonial, na expressão de Sampaio Jr. – em face da histórica sujeição ao eixo EUA-Europa.

## **6. Brasil: “desenvolvimento com inclusão social” ?**

O neodesenvolvimentismo ou, pelo menos, uma de suas expressões, parece ser o paradigma adotado pelo governo brasileiro no período 2003-2010: um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, na perspectiva de seus defensores.

A despeito dos avanços logrados quanto a alguns indicadores sociais, persistem a estrutural desigualdade de renda, os mecanismos de transferência de renda para os mais ricos por meio da remuneração aos credores da dívida pública, a política tributária regressiva que privilegia o capital, a inocuidade do princípio da função social da propriedade ante a primazia do capital imobiliário e a iniquidade do processo de apropriação da terra, dentre outras formas de reprodução da desigualdade.

Mas, segundo Bacelar (2010, pp. 15ss), no referido período, foram lançados os germes de um novo modelo: melhora do ambiente macroeconômico se comparado com o dos anos 1990, inflação sob controle, redução da crise do setor público, superação da alta vulnerabilidade externa, altas reservas internacionais, retomada do crescimento, investimentos e aumento do consumo interno. Para a autora, no governo Lula teria havido uma combinação de política macroeconômica conservadora com políticas sociais ousadas, a exemplo do Programa Bolsa-Família, dentre outros. Entendendo que na desigualdade social está a verdadeira insustentabilidade a autora aponta, para o período recente, a sua redução, ainda modesta e tímida. E arrola o que julga as principais fragilidades: a baixa escolaridade, o gargalo na infraestrutura, a estrutura fundiária concentrada, o injusto sistema tributário que penaliza a produção e premia o rentismo, o baixo investimento em ciência e tecnologia, a limitada consciência ambiental. E alerta para o fato de que o projeto das elites é predatório e de que a lógica do capitalismo e a construção da sustentabilidade são antagônicas, visto que o conceito de sustentabilidade questiona alguns dos pilares do capitalismo.

Ao ocupar-se do papel do Estado, Barbosa (2010, pp. 21ss) assinala que Lula manteve o arranjo institucional da gestão precedente (metas da inflação, resultado primário, câmbio flutuante), mas mudou substancialmente a política macroeconômica, enfatizando o combate à pobreza, a redução da desigualdade na distribuição de renda, e o crescimento do emprego e dos salários. Foram compatibilizados, segundo o autor, objetivos aparentemente antagônicos, de controle da inflação com aceleração do crescimento (política monetária); de câmbio flutuante com acumulação de reservas internacionais (política cambial); de equilíbrio orçamentário com aumento do gasto social (política fiscal).

Segundo Braga (2010, pp. 49ss), a partir de 2003 implantou-se novo modelo caracterizado por: fortalecimento do papel do Estado como planejador, distribuidor e investidor direto, para preencher lacunas e

promover o desenvolvimento, eliminando gargalos e falhas estruturais; política distributivista (recomposição do salário mínimo, bolsa-família, incentivo à agricultura familiar); política externa soberana privilegiando a integração sul-americana; política de preservação ambiental, ressaltando-se o protagonismo de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente; e o aperfeiçoamento da democracia, destacando-se o que seria o maior acordo coletivo do mundo, na opinião de Arthur Henrique, presidente da CUT, em torno do salário mínimo para a próxima década.

O autor afirma, no entanto, que o Banco Central e o governo deveriam ter agido de forma mais dura quanto aos juros – “a inadimplência é elevada porque as taxas de juros são extremamente elevadas e não o contrário” (p. 55). Ainda segundo Braga (2010), a Febraban é um cartel, os bancos agem como um cartel e são eles o fator de atraso da economia brasileira.

Para Mercadante (2010, pp. 37ss), o governo Lula enfrentou os principais desafios do início de 2003: preservar a estabilidade econômica, reduzir a vulnerabilidade externa, reduzir a fragilidade das contas públicas (país endividado, taxas de juros altas, pesado custo de rolagem da dívida pública), reduzir a exclusão social e distribuir renda; e retomar o crescimento econômico de forma sustentada e sustentável. O autor destaca a consolidação do processo de integração regional por meio do Mercosul, a liquidação da dívida junto ao FMI e o aumento das reservas cambiais, a implantação do PAC, o papel da Petrobrás, a construção de um mercado de massas com a geração de empregos e a recuperação e ampliação do crédito, o controle da inflação, “o período de maior distribuição de renda da história documentada do país”, o Programa Bolsa-Família, o Programa Luz para todos, os avanços na educação (PROUNI, ensino técnico e profissionalizante). Mas, destaca a questão pendente quanto ao piso nacional de salários dos professores no ensino fundamental, a necessidade de maior ênfase à inclusão digital, a fragilidade da Política de Saúde com a extinção da CPMF, o desafio de avançar na economia solidária, no microcrédito e no cooperativismo.

Mantega (2009, pp. 127ss) destaca as medidas emergenciais adotadas em face da crise como a da liberação do compulsório dos grandes bancos para socorro aos pequenos e médios. E as medidas quanto à atividade interna: redução do IPI para aquisição de automóveis, eliminação do IOF para créditos a pessoas físicas, aumento do crédito agrícola por meio

do Banco do Brasil, oferta de capital de giro para a construção civil e conseqüente geração de empregos, disponibilização de mais de 100 bilhões de reais para o BNDES para financiar investimentos, a implantação do PAC, o programa habitacional, dentre outras.

Ao ocupar-se de uma “agenda para depois de amanhã”, Berzoini (2009, pp. 145-146) assinala que o mundo do século XXI precisa de um sistema efetivo de controle dos mercados, estabelecendo mecanismos de auditoria e limites operacionais para bancos e seguradoras que superem determinado patamar de ativos e, simultaneamente, permita corrigir, em tempo real, as distorções provocadas pela especulação com derivativos. Aponta ainda a necessidade de restringir, internacionalmente, as exposições das empresas em operações financeiras desconectadas de suas atividades específicas; a factibilidade da proposta de taxaço das transações financeiras internacionais, a Taxa Tobin; a reforma da Organização das Nações Unidas; e o debate sobre o desenvolvimento a partir da lógica dos direitos civis e sociais.

E conclui que

[...] questões como o controle social do sistema financeiro; a definição orçamentária dos direitos a sistemas de saúde, previdência e educação públicas; o controle público dos aparatos de segurança; os direitos trabalhistas e ambientais; o controle social da comunicação, entre outros, são essenciais aos que desejam formular as agendas para o “dia depois de amanhã” da crise que desnudou o neoliberalismo doentio que dominou a agenda dos anos 1990, provocando imensos males nesta década inicial dos anos 2000.

As posições até aqui arroladas exprimem, de forma breve, o caminho percorrido pelas duas últimas gestões federais, no período 2003-2010, na ótica de alguns de seus protagonistas ou, de alguma forma, identificados com o Governo Lula. O elevado índice de aprovação popular à figura do presidente e ao governo refletiu-se na eleição de sua sucessora, sob a perspectiva de possível continuidade e consolidação das estratégias até então adotadas, sintetizadas – segundo integrantes do próprio governo – na “combinação de política macroeconômica conservadora e políticas sociais ousadas” ou na fórmula do “desenvolvimento com inclusão social” ou mesmo na capacidade de responder à crise internacional de modo que seus impactos para o Brasil não passassem de “uma marola”, afastado o risco de converter-se em “*tsunami*” (Miragaya, 2010).

Ora, as estratégias de governo acima sumariadas, exprimem opções a serem avaliadas quanto aos avanços, contradições e retrocessos. O fato é que, a despeito dos avanços do “desenvolvimento com inclusão social” – vale destacar os programas de garantia de renda e seu impacto nas condições de vida dos segmentos de baixa renda – seguem intocados e inalterados os pilares do sistema tributário, da estrutura fundiária, agrária e imobiliária e os mecanismos de drenagem de recursos públicos em favor do capital financeiro e do rentismo, dentre outros, reprodutores da desigualdade.

Entretanto, não é propósito, nos limites do presente texto, avaliar a “Gestão Lula”. O propósito do NEPPS é avaliar criticamente as políticas sociais, seja qual for o governo em apreço. Então, a avaliação das estratégias adotadas no período mencionado será feita a partir das políticas sociais, no decorrer das atividades do NEPPS.

Conforme a perspectiva apresentada no início do presente texto, as políticas sociais constituem privilegiado veio de análise do “modelo” de desenvolvimento, evidenciando o efetivo impacto – nas condições de vida da população – das medidas adotadas, postergadas ou abertamente recusadas. Trata-se, pois, de avaliar as políticas sociais, no contexto da crise e das respostas à crise, em sua capacidade de assegurar o acesso universal aos direitos sociais, equacionando demandas básicas e vitais no âmbito da educação, da saúde, da previdência, da assistência social, da habitação, dentre outros.

Sob essa perspectiva, os estudos do primeiro semestre de 2011 incluíram uma breve caracterização dos desafios ora enfrentados no âmbito das políticas de saúde, de educação e habitacional, demarcando as temáticas que poderão ser objeto de subprojetos do NEPPS. Mas, devido aos limites de espaço do presente trabalho, o relatório sobre as políticas sociais será objeto de outra publicação.

## **7. Considerações finais**

Com o presente trabalho procurou-se exprimir a perspectiva sob a qual se realizam as atividades do NEPPS-PUCSP, ao apresentar, de forma condensada, um estudo parcial preliminar sobre a crise capitalista contemporânea, integrante do projeto de pesquisa desencadeado em 2011,

do qual se espera que derivem projetos nas sublinhas de pesquisa a seguir enumeradas: política previdenciária; política educacional e de inclusão digital; política habitacional, urbana e ambiental; política agrícola e de segurança alimentar; política penitenciária; política de trabalho e de garantia de renda; política quanto à diversidade de gênero; política quanto à diversidade de orientação sexual; política quanto à diversidade étnico-racial; política para expatriados (imigrantes, refugiados, deslocados, prisioneiros e outros segmentos).

## Referências bibliográficas

AGUIAR, F. (2010). *Do Consenso de Washington ao Consenso de Bruxelas*. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso em: 28/5/10.

ALTVATER, E. (2010). “Pós-neoliberalismo ou pós-capitalismo? O fracasso do neoliberalismo na crise do mercado financeiro”. In: BRAND, ULRICH e SEKLER, N. (orgs.). *Diante da crise global. Horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ.

ALVES, J. A. L. (2001). *Relações Internacionais e Temas Sociais. A década das conferências*. Brasília, IBRI.

BACELAR, T. (2010). “Mudanças e desafios no Brasil e no mundo”. In: MERCADANTE, A. et al. *2003-2010 – O Brasil em transformação. Vol. 1 – A nova política econômica. A sustentabilidade ambiental*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

BARBOSA, N. (2010). “Uma nova política macroeconômica e uma nova política social”. In: MERCADANTE, A. et al. *2003-2010 – O Brasil em transformação. Vol. 1 – A nova política econômica. A sustentabilidade ambiental*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

BELLUZZO, L. G. (2009). “Sobre a natureza da economia de mercado”. In: SISTER, S. (org.) *O ABC da crise*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. (2010). O momento neoliberal do capitalismo terminou. Entrevista para *IHU On-line*. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso em: 27/5/10.

BERZOINI, R. (2009). “O dia depois de anteontem”. In: SISTER, S. (org.). *O ABC da crise*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

BORON, A. A. (2010). Saiba o que é o capitalismo. *Carta o Berro*, 7/6/10.

BRAGA, S. (2010). “Um novo modelo de desenvolvimento: cinco características”. In: MERCADANTE, A. et al. *2003-2010 – O Brasil em transformação. Vol. 1 – A nova política econômica. A sustentabilidade ambiental*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

- BRIE, M. (2010). Saídas para a crise do neoliberalismo. In: BRAND, ULRICH e SEKLER, N. (org.). *Diante da crise global. Horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- CARVALHO, C. E. (2009). “A intervenção estatal na crise e a crise do neoliberalismo”. In: SISTER, S. (org.). *O ABC da crise*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- CARVALHO, P. (2009). *O regresso à economia da Depressão - Reflexões sobre a crise do sistema capitalista*. Disponível em: [www.odiarario.info](http://www.odiarario.info). Acesso em: 21/6/12.
- CECEÑA, A. E. (2010). “O pós-neoliberalismo e suas bifurcações”. In: BRAND, ULRICH e SEKLER, N. (org.). *Diante da crise global. Horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- CHOSSUDOVSKY, M. (2008). *Fome global*. Carta o Berro. Disponível em: [www.serverlinux.revistaoberro.com.br](http://www.serverlinux.revistaoberro.com.br). Acesso em: 13/10/08.
- CONY, C. H. (2006). A dura realidade. *Folha de S.Paulo*, 11/02.
- DEMIROVIC, A. (2010). “Pós-neoliberalismo e pós-fordismo – um novo período no modo de produção capitalista?” In: BRAND, ULRICH e SEKLER, N. (org.). *Diante da crise global. Horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- DOWBOR, L. (2009). Hora de redirecionar os recursos. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, n. 22, p. 6.
- FONTES, V. (2010). “Prefácio”. IN: CASTELO, R. (org.) *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro, Pão e Rosas.
- HARVEY, D. (2009). Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária. *Agência Carta Maior*. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso em: 16/2/09.
- KATZ, C. (2010). “Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?” In: CASTELO, R. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro, Pão e Rosas.
- MANTEGA, G. (2009). “Excesso de desequilíbrios. Entrevista”. In: SISTER, S. (org.). *O ABC da crise*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- MERCADANTE, A. (2010). “Mudanças para um novo modelo de desenvolvimento”. In: MERCADANTE, A. et al. *2003-2010 – O Brasil em transformação. Vol. 1 – A nova política econômica. A sustentabilidade ambiental*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- MIRAGAYA, J. (2010). “Agora um pouco mais que uma marola, antes um tsunami”. In: MERCADANTE, A. et al. *2003-2010. O Brasil em Transformação. Vol. 1. A nova política econômica. A sustentabilidade ambiental*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

- OLIVEIRA, C. de (2009). “Criar cinco EMBRAER por ano”. In: SISTER, S. (org.). *O ABC da crise*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- PAULSON, H. (2009). É preciso reformar a regulamentação. *Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, p. B7, 22/março.
- SADER, E. (2010). “Pós-neoliberalismo na América Latina”. IN: BRAND, ULRICH E SEKLER, N. (org.). *Diante da crise global. Horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- SAMPAIO JR., P. de A. (2010). “Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina”. In: CASTELO, R. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro, Pão e Rosas.
- SANTOS, B. de S. (2010). *O potencial de destruição do fascismo financeiro*. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso em: 8/5/10.
- SILVA, A. A. da S. (2010). *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo, Cortez.
- SINGER, P. (2009). “O mistério do inter-relacionamento entre finanças e a economia da produção”. In: SISTER, S. (org.). *O ABC da crise*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- TAVARES, M. da C. (2009). “Entupiu o sistema circulatório do capitalismo”. In: SISTER, S. (org.). *O ABC da crise*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- WACQUANT, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.